



## AGRICULTURA FAMILIAR UMA AÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Laurisana Maria Branco Camargo<sup>1</sup>  
Ewelyn Lima Gois<sup>2</sup>  
Maria Nilce Ferreira Da Silva<sup>3</sup>  
Wanilce Pimentel<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente estudo visa evidenciar como o meio ambiente fora sendo considerado, ao longo da história, e sua importância para toda a sociedade, visto que as leis criadas são de suma importância para as medidas cabíveis, com intuito de equilibrar economia e preservação do meio ambiente, ressaltando o papel da agricultura familiar como forma de superação do sistema vigente. A pesquisa foi fruto de uma exploração bibliográfica tendo por pano de fundo, o trabalho das famílias de agricultores das Hortas do Bairro Val Paraíso, na cidade de Manaus, onde foi feita um breve levantamento a partir de uma análise observacional e qualitativa, buscando compreender este universo.

**Palavras-chave:** agricultura familiar, sustentabilidade e sistema econômico.

**Abstract:** The present study it aims at to evidence as the environment is being considered, throughout history, and its importance for all the society, since the bred laws are of utmost importance for the effective measures, with intention to balance economy and preservation of the environment, standing out the paper of familiar agriculture as form of overcoming of the effective system. The research was fruit of a bibliographical exploration having for deep cloth of the works of the families of agriculturists of the Hortas of the Quarter Val Paradise, in the city of Manaus, where a brief survey from one was made analyzes qualitative observational and, searching to understand this universe.

**KeyWord:** familiar agriculture, sustentabilidade, economic system.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). laura-camargo271103@bol.com.br

<sup>2</sup> Estudante de Pós-Graduação. Faculdade Metropolitana de Manaus (FAMETRO). ewelyn.gois@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Especialista. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). mnilceferreira@gmail.com

<sup>4</sup> Especialista. Universidade do Norte (UNINORTE). pimentel\_wan@hotmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

O contexto histórico nos mostra que, até o século XVIII, o meio ambiente era analisado como flora e fauna, é somente no século XX, que começa a ser analisado como o local onde existem as relações sociais e as transformações ocorridas na natureza e com o homem. Estas mudanças quanto a concepções em relação à questão ambiental tornam-se mais acirrada na década de 60 onde se discute e analisam-se possíveis soluções entre economia e preservação dos recursos naturais. Ocorrem vários encontros e seminários para discussão da temática ambiental, onde as leis criadas foram fundamentais para diminuir o consumo exagerado dos recursos naturais (LEFF, 2009).

O estudo buscou evidenciar como o meio ambiente fora sendo considerado, ao longo da história, e sua importância para toda a sociedade, visto que as leis criadas são de suma importância para as medidas cabíveis, com intuito de equilibrar economia e preservação do meio ambiente (GODARD, 2002). Observa-se no decorrer do processo histórico que a questão ambiental estava inserida em todos os seguimentos da sociedade.

O estudo busca apresentar as condições socioeconômicas e ambientais vivenciadas por famílias que trabalham na “agricultura comunitária”, tendo como campo de observação as hortas comunitárias do Bairro Val Paraíso onde verificou-se o trabalho desenvolvido no local em relação à questão ambiental e os benefícios trazidos para os moradores, visto que estes comunitários trabalham na informalidade e não dependem do processo capitalismo para desenvolver seu trabalho e manter o sustento de sua família. Estes comunitários buscam meios para subsistir no contexto atual, pois se encontram alijados do sistema vigente, devido à precarização de suas condições e procuram alternativas para este enfrentamento.

Para realização deste estudo foi feito, primeiramente, um levantamento do referencial teórico, onde foram observadas as questões que envolvem a precarização do trabalho, sustentabilidade e agricultura familiar. Para tanto, serão abordados conceitos de autores como: Ignacy Sachs, Enrique Leff, entre outros que abordam conceitos e estratégias para condução de ações com base no desenvolvimento sustentável.

Alem disso para podermos constatar alguns enfoques trabalhados, foi realizada uma pesquisa de campo de cunho observacional, tendo a comunidade Val Paraíso como lócus.

## 2. A ORIGEM DA DISCUSSÃO



A análise teórica sobre as transformações ocorridas no mundo do trabalho, as quais evidenciam a vulnerabilidade das populações que por não atender as determinações do modelo atual de produção, submete-se a espoliação do capital tendo em muitos casos seus direitos sociais negados. Trousse a tona importantes reflexões para buscar compreender a dinâmica histórica que permeia o cotidiano desses sujeitos e os impactos causados pelas mudanças socioculturais que esta situação envolve. Neste processo pode-se elencar a colonização verificada no Brasil, que reforça a dominação e a espoliação que tende estabelecer as condicionantes sobre as relações sociais que se fomentaram, sobretudo na região Amazônica.

A colonização do Brasil empreendida pelos portugueses a partir do século XVI plasmou entre a população rural um modelo sociocultural de adaptação ao meio que, malgrado suas diferenças regionais e as que se podem detectar ao longo do tempo, apresentam características comuns que marcam ainda hoje as comunidades humanas em regiões isoladas do país (ARRUDA,1996).

Diante de uma natureza desconhecida os portugueses, e a população brasileira que se constituiu ao longo do empreendimento colonial, adotaram as técnicas adaptativas indígenas. Delas incorporaram sua base alimentar constituída pelo plantio de milho, mandioca, abóbora, feijões, amendoim, batata-doce, cará, etc.

Isto implicou na incorporação da extraordinária capacidade de ajustamento ao meio demonstrada pelos índios: conhecimento minucioso dos hábitos dos animais e técnicas precisas de captura e morte, incluindo inúmeros tipos de armadilhas. A influência indígena também se manifestou nas formas de organização para o trabalho e nas formas de sociabilidade.

Estes elementos são totalmente contraditórios a dinâmica atual, que coloca o sistema de produção e o trabalho formal como sendo por excelência a forma mais adequada do cidadão garantir a sua subsistência e de seu núcleo familiar. Embora relativamente autônomos, esses "sitiantes tradicionais", sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos (ARRUDA,1999).

No Estados do Amazonas e Pará no ciclo da borracha concentrou em períodos diversos da história do Brasil núcleos populacionais e produção econômica de certa envergadura,



baseados no trabalho escravo e na monocultura ou extrativismo de um único produto.

Em outras palavras, as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da *cultura rústica*, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda são abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem.

### 3. AS NOVAS CONFIGURAÇÕES POPULACIONAIS NA AMAZÔNIA

Tornou-se, portanto, mais evidente que as populações "tradicionais" seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais (MEGGERS, 1977; DESCOLA, 1990; ANDERSON & POSEY, 1990).

Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental. Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma "criminalização" dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades.

Ao mesmo tempo, são impelidos a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como os principais responsáveis pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão. Estes fatores somando-se ao processo de expulsão das populações tradicionais para as periferias das cidades, engrossando as multidões em situação de miséria e a proliferação de favelas. Em contrapartida, pressões de grupos econômicos e, de outro lado, das populações locais mais organizadas, somadas às dificuldades financeiras, operacionais e políticas de fiscalização e manejo dessas áreas, fazem com que a legislação, em parte ou totalmente, não seja cumprida.

Parece que essas populações são invisíveis para o poder público que, preso a concepções ambientais tecnicistas e inadequadas, não vê outra saída fora do padrão vigente. Um caso



exemplar citado por Diegues (1996a)

é “o plano de manejo da Ilha do Cardoso, produzido em 1976, em que sequer se menciona a presença de centenas de famílias de moradores tradicionais caçaras”, Onde é proibida as atividades de subsistência delas, sendo estas obrigadas a migrar para “a cidade de Cananéia, engrossando o número de moradores pobres dos bairros periféricos”.

As tentativas de solucionar este problema dentro do padrão de atuação dos órgãos públicos têm esbarrado na ineficácia da ação repressiva, nas dificuldades de fiscalização, nos problemas sociais decorrentes da expulsão das populações e consequente formação ou ampliação das favelas nos municípios próximos, nos conflitos crescentes e, conseqüentemente, na disseminação do significado das políticas ambientais como políticas repressivas e contra os interesses e necessidades das populações locais.

Observa-se que os burocratas do Estado ao analisar os conhecimentos, técnicas e mecanismos socioculturais que serão utilizados no manejo da ambiental , não buscam as características das sociedades indígenas e das "culturas rústicas" que podem apontar caminhos mais adequados para um modo de ocupação do espaço com base no manejo sustentado do meio ambiente.

Por outro lado, os resultados da análise dos modos de ocupação do espaço das sociedades nacionais e o aporte de perspectivas econômico-sociais alternativas podem possibilitar novos caminhos às sociedades indígenas e às comunidades tradicionais, já articuladas com o mercado e fortemente pressionadas para que adotem práticas econômicas que promovem a devastação ambiental.

#### **4. NOVAS ESTRATÉGIAS ANTIGOS DESAFIOS**

No Brasil já há uma série de experiências de gestão comunitária desenvolvidas nesta direção, cujos resultados preliminares são bastante promissores. A experiência das reservas extrativistas é uma das mais importantes e difundidas. Também pode-se ressaltar o incentivo a agricultura familiar e as hortas caseiras. Entretanto devido a suas vulnerabilidades sociais e a dificuldade de acesso a bens e serviços as populações tradicionais são discriminadas. E sua identidade sociocultural não é reconhecida como capaz de reproduzir seu modo de vida, tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande quanto pelo modelo de conservação ambiental vigente.



A política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos a que se propõe.

Essa via é a da inclusão da perspectiva das populações rurais no nosso conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas. A todas estas problemáticas esta atrelada um fator muito comum na sociedade atual e ao crescimento econômico nos países industrializados, acirrando-se de forma mais contundente nos anos 80, especialmente nos países ditos em desenvolvimento como é o caso do Brasil, este fenômeno é o desemprego.

Na defesa da reorientação do papel do Estado em nosso país no sentido de formular políticas públicas que objetivem a melhor distribuição de riqueza e renda e a geração de empregos, com o intuito de minimizar e superar os fortes desequilíbrios sociais, regionais e de renda (DIEGUES, A.C.). Emprego formal assalariado registrado é entendido como o emprego assalariado gerado por uma empresa tipicamente capitalista e com contrato formal de trabalho, ou seja, registro em carteira de trabalho ou com carteira de trabalho assinada.

As recentes mudanças na estrutura de produção e emprego no Brasil apontam para um ajuste heterogêneo no mercado de trabalho. O aumento do assalariamento sem registro e dos trabalhadores por conta própria é significativo em todas as regiões do país (Cacciamali, 1992). Estas formas de inserção do trabalhador na organização produtiva se caracterizam pela sua heterogeneidade de e pela ausência de proteção social.

As atuais políticas de apoio ao setor informal e as políticas de formação de empresas sociais e cooperativas têm como objetivo aumentar a renda das famílias envolvidas nessas atividades, por meio da oferta de diferentes tipos de treinamento gerencial visando despertar e/ou aprimorar o espírito empreendedor do indivíduo, a análise de custos, as estratégias de mercado, etc. e, dependendo do programa, mediante linhas de crédito para capital de giro.

## **5. OS IMPACTOS PRODUZIDOS PELO SISTEMA CAPITALISTA**

Na contemporaneidade os impactos no mundo do trabalho configuram-se com expressão crescente e complexa da questão social diante da acumulação capitalista, no qual ocasiona ajustes e redefinições do Estado na forma de enfrentamento das presentes seqüelas da



questão social.

Percebe-se então que a intervenção estatal, regulamentada pelas leis complementares que normatizaram as determinações constitucionais, passou a referir-se a um terreno mais vasto da vida social, tanto com objetivos de equalizar o acesso a oportunidades, como de enfrentar condições de destituição de direitos, riscos sociais e pobreza.

Por outro lado, consubstancia a reprodução da força de trabalho informalizada e desqualificada, inseridas em ocupações temporárias e com remuneração insuficiente, com impactos na condição de vida.

Conforme Silva (2002), os projetos de geração de renda, ao longo da década de 1990, apresenta como estratégia social de sobrevivência, com visibilidade ao enfrentamento da desigualdade social, inseridas nos debates sobre assistência social, centradas nos deveres do Estado, na promoção dos mínimos sociais.

Mesmo diante de tantas evidências, ainda é pequeno o número de ações para implementação de políticas públicas, projetos e diretrizes que fomentem a consciência ambiental. Um grande avanço que precisa ser incorporado pelos Estados e Municípios foi a Lei que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental.

O artigo 1º da Lei nº 9.795/99 define o conceito de Educação Ambiental como sendo:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sustentabilidade.”

A escolha da agricultura familiar está relacionada com sua multifuncionalidade, que além de produzir alimentos e matérias-primas, favorece o emprego de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais. Promovendo a segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais e conservação de variedades cultivadas e localmente;

[...] a reativação...da lavoura para exportação do algodão, tabaco, mais tarde, do café e, mais recentemente, do gado e da soja - reincorpora a terra e seus ocupantes ao sistema de fazendas. Deixa ao "caipira",[...] nas últimas décadas, quando muito a alternativa de "bóia-fria" ou marginal urbano" (RIBEIRO, 1987: 108).

Todos estes fatores socioeconômicos contribuem para modificar o cotidiano de grande parte da realidade brasileira sobretudo aquela e envolvendo as comunidades compostas por populações tradicionais, que para sobreviver precisam se adaptar as novas condições apontadas pelo sistema econômico atual.

Caso como este observa-se aqui no Amazonas, ressaltando o Município de Manaus, que



tem sua formação histórica alicerçada em transformações contundentes de sua estrutura socioeconômica, quase sempre para atender os interesses políticos e econômicos, vigentes, entretanto seu desenvolvimento não garante uma condição favorável a sua população, que encontra-se empobrecida e com parcas expectativas emancipatórias.

## 6. CONCLUSÃO

Em Manaus, como exemplo desse tipo de sustentabilidade, temos as hortas comunitárias localizadas no bairro Val paraíso, aonde as famílias também trabalham de modo tradicional respeitando o meio ambiente utilizando calcário e adubo orgânico para não danificar o solo e desta forma produzindo um alimento saudável e sem agrotóxicos.

Em visita realizada nas hortas observou-se de modo geral que as hortas são instaladas em lotes vagos e sua produção abastece famílias que moram perto desses terrenos e são cultivados geralmente alface, tomate, couve entre outras verduras e legumes, a produção é feita a partir dos princípios de agricultura orgânica, ou seja, sem os inseticidas e fungicidas tradicionais, o que garante mais qualidade aos produtos.

Esses produtos apresentam danos mínimos ou nem um dano ao meio natural, o que representa uma forma positiva de desenvolvimento sustentável, que utiliza os saberes populares e mantém o meio ambiente garantindo a utilização de seus recursos, respeitando tanto as populações locais como não agride o meio ambiente.

Parte dos sujeitos que trabalham na horta são oriundos do interior e já trabalhavam na agricultura, recebendo esses saberes populares de seus pais. No entanto, o trabalho que desenvolvem na horta em geral é a única fonte de renda dessas famílias que encontraram no cultivo das hortaliças uma forma de trabalho, visando suprir suas necessidades.

As famílias são moradoras do bairro e fazem as hortas em locais próximos de suas residências, desta forma fica melhor o acesso para os outros membros da família, onde trabalham pai, mãe e filhos fazendo com que o trabalho torne-se algo prazeroso e o engrandeca enquanto sujeito que estão inseridos na sociedade capitalista.

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens (IAMAMOTO:2009;60). É através do





trabalho que o homem se afirma como ser social e, portanto, distinto da natureza, é uma atividade direcionada a fins lucrativos, com o dever de ser, envolvendo uma dimensão de conhecimento e ético-moral.

## 7. REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 9ª. ed. Traduzido por Roberto Raposo. Rio de Janeiro. Forense Universidade, 1999.

CAVALCANTI, Clóvis. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. In: Clóvis Cavalcanti (Org) – Política de Governo para o desenvolvimento sustentável: uma introdução ao tema e a esta obra coletiva – São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

GODARD, Olivier. **A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação**. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Orgs.). Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental. 3ª.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ARRUDA, Rinaldo. (1999). "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Sinmes, 79-92. <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07.pdf>. ACESSO: 03 de março de 2013, 14:46.